



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio			
Título:	Reunião Ordinária N. 54			
Local:	Frente Parlamentar Agropecuária - QL 10 conj. 8 casa 06, Lago Sul - Brasília/DF			
Data da reunião:	07/06/2017	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:

Pauta da Reunião

09:00h - Abertura (Palavra do Presidente);

09:10h- Aprovação das atas da 53ª Reunião Ordinária;

09:15h - Avisos da Secretaria e ACST;

09:20h - PL 528/2015 – Cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas;

09:50h - Medida Provisória nº 752/2016 – Prorrogação e a rellicitação dos contratos de parceria;

10:20h - Corredores Logísticos Estratégicos – MTPAC;

11:00h - Relatório dos Grupos de Trabalho – Armazenagem, Gestão das Hidrovias e Águas e Concessões;

11:40h - PCA – Programa de Construção de Armazéns;

12:00h - Decreto nº 9.048/2017 - Exploração de portos organizados e de instalações portuárias;

12:30h - Assuntos Gerais.

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	
2	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
3	SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI	ABCAO	PR	
4	ANDRESSA DE SOUSA E SILVA	ABIARROZ	PR	
5	GILMAR SCHUMACHER	ABIEC	PR	
6	DANIEL FURLAN AMARAL	ABIOVE	PR	
7	ANNA JULIA PORTZ	ABPA	PR	
8	DENISE DECKERS DO AMARAL	ABRAPOS	PR	
9	WAGNER DE SOUSA MOREIRA	ABTP	PR	
10	ROBERTO CARSALADE QUEIROGA	ACEBRA	PR	
11	JOSE RENATO RIBAS FIALHO	ANTAQ	PR	
12	JOAO PAULO DE SOUZA	ANTT	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

13	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ	ANUT	PR	
14	FABIOLA MANESCHY DE AZEVEDO LEMOS	CDP	PR	
15	EDILBERTO DONIZETI PINATO	CEAGESP	PR	
16	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR	
17	ELISANGELA PEREIRA LOPES	CNA	PR	
18	JOSÉ RIBAMAR MIRANDA DIAS	CNI	PR	
19	JOÃO ARTHUR MOHR	CNI	PR	
20	JOAO PAULO DE MORAES FILHO	CONAB	PR	
21	MIGUEL RUBENS TRANIN	FNS	PR	
22	PAULO SALVADOR MARTORELLI	Gov/TO	PR	
23	EDUARDO VON GLEHN NOBRE	MDIC	PR	
24	LUZENILDO ALMEIDA DE SOUSA	MTPAC	PR	
25	MARIANA CAMPOS PORTO	MTPAC	PR	
26	PAULO FERNANDO AMORIM DE CAMPOS	OCB	PR	
27	MARCOS MESQUITA MENDES	SEP	PR	
28	FELIPE OZORIO MONTEIRO DA GAMA	SEP	PR	
29	CARLOS ALBERTO SEHN	SINDITABACO	PR	
30	LUÍS FERNANDO RESANO	SYNDARMA	PR	
31	QUESIA NASCIMENTO	APROSOJA	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

Abertura da Reunião

Às nove horas e quinze minutos do dia sete de junho de 2017, na sala de reuniões do IPA – Instituto Pensar Agro, situado à QL 10, Conjunto 8, Casa 06 – Lago Sul – Brasília – DF, foi instalada a Quinquagésima Quarta Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio pelo seu presidente, Sr. Edeon Vaz Ferreira, que recepcionando a todos, discorreu sobre os objetivos da câmara, como órgão de assessoramento externo do Senhor Ministro e mencionou reunião ocorrida com o novo Chefe da Assessoria de apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas, Dr. Márcio Cândido Alves, para alinhar os procedimentos da câmara com diretrizes da AACST.

Aprovação da Ata da 53ª Reunião Ordinária: submetida pelo Secretário da CTLOG à aprovação do plenário, a Ata, previamente enviada por meio eletrônico, foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

Avisos da Secretaria da Câmara: Sem avisos a repassar. O presidente Edeon Vaz deu as boas-vindas e fez a apresentação do novo Supervisor e da Assistente da CTLOG, Sr. Ayrton Ussami e Sra. Alciléa Alves da Silva.

Apresentações Institucionais: Como medida de retomada do processo de apresentação das instituições que integram a CTLOG, o presidente solicitou a manifestação dos interessados em promover a divulgação institucional de suas representadas, ficando definido que na próxima reunião do colegiado, a ABIARROZ, ABIOVE e SINDIRACÕES terão cinco minutos, cada, para uma apresentação sobre suas atividades, funcionamento, diretrizes, etc.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

PL 528/2015 – Cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas – O Sr. Daniel Furlan, representante da ABIOVE falou sobre um artigo do presidente da instituição, publicado na imprensa, que trata do assunto, classificando como retrocesso o estabelecimento de Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, ferindo os princípios da economia de mercado. Daniel Furlan informou que o PL já havia sido aprovado quanto ao mérito, encontrando-se na Comissão de Constituição e Justiça e que pedidos para transferência para a Comissão de Agricultura foram negados. Esclareceu ainda, que os transportadores têm exercido forte pressão sobre os parlamentares, com relativo sucesso e conclamou a todos engajar no processo, manifestando o posicionamento dos usuários.

O representante da CNA, Sr. Luiz Antônio Fayet sugeriu mobilizar o MAPA, a FPA e outras instituições, antes que o PL vá ao Senado e se o PL não for rejeitado na Câmara dos Deputados, recomenda um trabalho direto, com cada parlamentar do Senado. O Presidente Edeon Vaz informou que a FPA já está tratando do assunto na CCJ.

O Sr. Roberto Queiroga da ACEBRA, classificou o PL como aberração, externando sua preocupação com a falta de liderança do Governo. Alertou que o processo tem forte apelo eleitoral, o que não incentiva a reação que se espera dos parlamentares.

O Sr. Luzenildo Almeida de Souza, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, esclareceu ser uma constante as tentativas de estabelecer um tabelamento de preços do transporte rodoviário de cargas e que vários projetos foram barrados com êxito por aquela pasta ministerial. Externou preocupação com a velocidade do andamento do PL 528.

Pela ABRAPÓS, a Senhora Denise Deckers do Amaral, sugeriu que pela abrangência dos reflexos da medida, além do MAPA, o MDIC também fosse instado a participar dos debates, manifestando o posicionamento contrário do Governo.

Almirante Ribamar Dias, da CNI, manifestou apoio a todas as considerações apresentadas, avaliando tratar-se de situação especial, onde o comportamento das partes não é justificável, mas explicável, pelas próprias contingências políticas de 2015.

O Syndarma, por seu representante Luis Resano, manifestou contrário a qualquer tabelamento de preço, lembrando o que ocorreu na praticagem, onde a medida não favoreceu a atividade da navegação no país.

Pela ACOPAR, o Sr. Miguel Tranin sugeriu ação rápida, pelo momento delicado que vivenciamos. Há uma grande manifestação de greve para o dia 30 e sabe-se o quanto os parlamentares são sensíveis a esses movimentos. Temos que agir via governo, de forma que o governo estanke ou prorrogue o andamento do PL para um momento futuro, sob pena de perdemos a batalha.

Eduardo Von Glen, do MDIC também se manifestou contrário ao PL, alertando que a ação de governo não pode prescindir do apoio do setor privado, a união desses setores pode gerar o êxito esperado nas ações. Recomenda uma moção a todos os ministérios representados na CTLOG, solicitando apoio à causa.

O Secretário da CTLOG alertou ao presidente que o documento com o posicionamento do MAPA já foi encaminhado à Casa Civil.

Encaminhamento: Encaminhamento ao Ministro da Agricultura de moção de repúdio ao PL, solicitando envio e apoio da manifestação à AGU, Ministérios da Fazenda, Indústria e comércio, Transportes e Casa Civil.

Responsável: Secretário da CTLOG



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Medida Provisória nº 752/2016 – Prorrogação e a rellicitação dos contratos de parceria – O Sr. Fayet iniciou lastimando a publicação da Lei 13.448, oriunda da MP 752. Informou que teve a oportunidade de registrar as posições do agronegócio em uma sessão da comissão mista que ocorreu no Senado e registrar alguns pontos críticos. Fez um cotejo da MP, na redação final, Projeto de conversão e o que foi sancionado pela Presidência. Entende que o Presidente foi induzido a homologar, como veio praticamente o projeto de conversão. O artigo sexto do Projeto estabeleceu que estão habilitados à prorrogação dos contratos os concessionários que tiveram comportamento adequado, qual seja, aqueles que cumpriram no período antecedente de cinco anos contados da data de proposta de antecipação, das metas de produção e de segurança definidas no contrato por três anos ou das metas de segurança definidas no contrato por cinco anos. Explicou que prazos superiores aos estabelecidos não foram considerados, apenas os últimos cinco anos, o que representa uma anistia que fere os princípios éticos da administração pública. Discorreu ainda sobre outros artigos da lei que consagram monopólios e cartéis e outros tópicos que premiam o concessionário, em relação aos bens públicos. Criticou ainda a possibilidade de ampliação de trechos ferroviários, a serem construídos, que originalmente não tenham constado da licitação. Fayet criticou também a previsão de subconcessão dos contratos. Complementando, falou das possibilidades da agricultura brasileira e dos números relacionados ao milho e soja produzidos e comercializados no mundo, milho e soja, as quais o Brasil tem grande participação e possibilidades de crescimento. Finalizando comentou sobre uma ADIN, distribuída aos membros da CTLOG e parecer do Ministério da Fazenda, indicativos que a questão não está encerrada.

João Arthur Mohr da CNI, expressou entendimento divergente do representante da CNA, evidenciando que a lei consagra a competição, abre ao direito de passagem e estabelece modelo para criação de *short lines*, à exemplo do que ocorre nos Estados Unidos.

A Sra. Andressa de Sousa e Silva da ABIARROZ disse ter interesse em acompanhar a MP 752. Informou que haviam dois trechos licitados e em operação e após a reestruturação os preços praticados ficaram inviáveis. Os dois trechos que eram utilizados pelo setor produtivo ficaram inoperantes, dado as exigências, inclusive de volumes de cargas. Reside a dúvida quanto a retomada de trechos de ferrovias na região Sul do país. Fayet esclareceu que as concessionárias ajuizaram a questão do teto tarifário, o que está suspenso, em virtude da falta de uma atuação mais rígida das entidades fiscalizadoras. Corroborando com outras opiniões, não vislumbra a retomada do transporte nos trechos abandonados, em virtude da ampla anistia concedida às concessionárias, no texto da Lei 13.448, de 2017.

O Presidente Edeon Vaz entende que esse round já foi perdido e depende do sucesso da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Frente Nacional de Profissionais Liberais, Trabalhadores, Operadores, Usuários e Associações em Defesa das Ferrovias – FERROFRENTE, impetrada no Paraná, ainda pendente de julgamento no STF. Propôs a criação de um Grupo de Trabalho para identificar e avaliar os trechos de ferrovias que não estão sendo utilizados, exceto aqueles considerados como sociais, sem atividade econômica, para propor destinação de uso. Aprovado pelo plenário, o GT ficou assim constituído: Luis Henrique Baldez (ANUT), Coordenador. Luiz Fayet (CNA), João Paulo (ANTT), João Arthur (CNI), Andressa Sousa (ABIARROZ), Miguel Tranin (Alcopar) e Daniel Furlan (Abiove).

Continuando os debates, o Baldez (ANUT), confirmou que a ALL, Malha Sul, paralisou as operações no Sul do país, em um processo unilateral, o que não é possível sem a autorização do poder concedente, onde a concessionária abandonou e não devolveu trechos, impedindo a recuperação, com prejuízo para à concedente. Isso enseja que dos 29.000 Km de ferrovias concessionadas, apenas 12.000 Km estão em operação. Esclareceu que a sociedade organizada precisa se fazer presente nas discussões do setor ferroviário para não perder o timing das decisões e não perder a oportunidade de contrapor aos abusos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

verificados. A nova lei tem problemas, mas traz avanços e melhorias em relação à norma anterior. O poder público não pode ser omissos em relação as inadimplências que ocorrem nas concessões.

João Paulo da ANTT informou que vai envolver a Diretoria Geral da Agência para que indique uma representação robusta, com técnicos especializados, para evidenciar a relevância dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo GT em criação.

O Almirante Ribamar, da CNI, manifestou seu entendimento de ser possível aproveitar as vantagens do modelo de exploração vertical das ferrovias concessionadas, mediante uma forte regulação. Disse que o modelo brasileiro deve acompanhar o adotado na Austrália.

Corredores Logísticos Estratégicos – MTPAC – O Diretor de Planejamento da Secretaria de Política e Integração do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil, Eimair Ebeling agradeceu o convite formulado pelo presidente da CTLOG e teceu consideração sobre os temas até aqui abordados. Para o Governo é importante a forma de organização da Câmara, dado que as demandas já chegam ao governo devidamente trabalhadas e bem estruturadas. Apoiou a iniciativa de se estudar os trechos concessionados e abandonados e também aqueles em uso, para a melhoria do atendimento ao usuário. Em seguida apresentou a equipe técnica do Ministério dos Transportes, que atuou na construção do projeto “Corredores Logísticos Estratégicos”. Explicou que para o desenvolvimento do trabalho, promoveu a integração intergovernamental e dos setores privados interessados no tema. O estudo preenche e aponta as demandas do curto e médio prazo, enquanto o planejamento de longo prazo está em execução no âmbito da EPL. Dois produtos, pela importância, inauguram os estudos do MTPAC, quais sejam, a soja e o milho. Outros produtos vão ser integrados, na forma de camadas, até a conclusão de todos os setores da economia nacional. Em seguida passou a palavra aos técnicos do MTPAC.

Evérton explanou que o objetivo do projeto é ter uma visão panorâmica, conhecer e caracterizar as rotas de transporte que compõe os corredores de exportação e abastecimento.

A apresentação está disponível no site: <http://www.agricultura.gov/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Seguindo a apresentação diversas manifestações de apoio foram expressadas e todos foram unânimes quanto a importância do trabalho e da consolidação de informações promovidas pelo Ministério dos Transportes. O Sr. Resano, do Syndarma teceu considerações, falando pela navegação, evidenciando não estar sendo utilizada a cabotagem para o transporte de granéis agrícolas para abastecimento. Alertou que nas próximas etapas do trabalho devem ser contemplados outros aspectos relacionados aos clientes finais, destinos, rotas, investimentos e uma avaliação em relação ao custo benefício de determinados empreendimentos, considerando a interface com o cenário mundial. O Presidente agradeceu a apresentação e deu prosseguimento a reunião.

Relatório dos Grupos de Trabalho – Armazenagem, Gestão das Hidrovias e Águas e Concessões –
O presidente perguntou a Sra. Denise Deckers, da Abrapós, se houve alguma ação do GT de armazenagem, no que foi informado que foi levantado o assunto, na primeira reunião do ano, por demanda do município de Chapecó – SC, para abastecimento de milho da região Oeste daquele Estado. Os responsáveis pela demanda ficaram de enviar material com dados consistentes para alicerçar o trabalho do GT, o que até a presente data não foi procedida. Esclareceu que está em contato com o MAPA para resgatar trabalho relacionado ao Plano Nacional de Armazenagem, desenvolvido por indicação da CTLOG. Está sendo feito um levantamento de todos os trabalhos relacionados, que foram realizados no passado.

O presidente que é o coordenador do GT Gestão das hidrovias e Águas, discorreu sobre as ações que já



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

foram desenvolvidas, compostas de duas reuniões já realizadas e uma terceira agendada para o dia 8 de junho, com a participação de técnicos do setor público.

PCA – Programa de Construção de Armazéns – Item incluído na pauta pela ACEBRA, para inclusão dos cerealistas no rol de beneficiários do PCA. O Plano Agrícola e Pecuário a que nesta data está sendo anunciado, em solenidade na Presidência da República, contempla o atendimento da demanda apresentada, o que dispensa o concurso da CTLOG no assunto.

O representante da ABCAO-Associação Brasileira de Armazenagem, que congrega as empresas oficiais de armazenagem, mencionou e-mail enviado à coordenadora do GT, solicitando a inclusão da instituição no referido grupo, o que já havia sido confirmado. Propôs ainda, a inclusão da CEAGESP nos trabalhos do GT de armazenagem, o que foi aprovado. Sobre o PCA, completou sua intervenção pleiteando a inclusão do tema relacionado a obtenção de recursos orçamentários para a recuperação, modernização e ampliação da capacidade desse segmento, o que foi acordado com o coordenador do GT.

Decreto nº 9.048/2017 - Exploração de portos organizados e de instalações portuárias. Iniciando, o Sr. Luiz Antônio Fayet, da CNA, falou que na mesma linha das preocupações de ampliação da infraestrutura de transporte, foi editado o Decreto nº 9.048/2017, para atendimento do setor portuário. Alguns pontos trazem preocupação, por não terem o cunho de legalidade e outros que podem resultar em desvios dos objetivos propostos. Discorreu sobre impropriedades na redação do texto do Decreto, à exemplo do que ocorre com o Artigo 13, que evidencia a possibilidade de negociação, por parte da comissão, com os licitantes, após a licitação. Da mesma forma, o Artigo 19 indica prazo de vigência dos contratos de 35 anos, prorrogáveis até o limite de 70 anos. Fayet entende que os contratos devem ser submetidos a novos processos de licitação, evitando os vícios decorrentes das prorrogações. Discorreu sobre os principais mercados, do crescimento da população da Índia e China, onde existem mais de 1 bilhão de pessoas em subconsumo alimentar e desenvolvem programas de alimentos, mediante a produção de proteína animal barata, o que demanda mais commodities agrícolas do Brasil.

Complementando falou sobre outras imperfeições da norma, que se constituem em armadilhas aos processos de licitação, uma vez que o administrador público é que teria o poder de realizar a negociação. Mencionou o possível desvio de finalidade nos arrendamentos de áreas, pois a Lei admite troca de terrenos após a licitação. Falou do conselho da autoridade portuária, onde apenas uma vaga é destinada aos usuários, ocupada por indicação da associação comercial local, no caso de Paranaguá, o que materializa a impropriedade da legislação. Mencionou a permissão de uso de recursos oriundos das outorgas para investimentos fora da área do porto organizado, desde que haja anuência para tal. Embora evitado de ilegalidades, Fayet entende que o Decreto saiu mais ajustado, face a participação da ANTAQ na construção, agência que tem uma visão mais aberta e democrática em relação aos portos.

Lembrou o vencimento em junho de 2014, do prazo para a decretação das áreas das poligonais dos portos, medida fundamental estabelecida na Lei 12.815 para os investimentos requeridos no segmento portuário, mas que até hoje não foi cumprido pelas autoridades que comandam o setor, o que classifica como um vexame para a sociedade, além de desrespeito à Lei.

Vagner Moreira, da ABTP, informou que a instituição participou ativamente da formulação das Leis 8.630/93, 12.815/2013 e do Decreto 9.048/2017, que entende ser um avanço, por contemplar o entendimento do governo de que era necessário soltar as amarras do setor, trazendo segurança jurídica e condições de investimentos, possibilidade de atendimento ao aumento das demandas, adotando modelos de sucesso na Europa e os novos prazos potenciais de prorrogação de prazos contratuais, que dependem de fatores diversos para execução. Não existem recursos públicos para investimento no setor portuário, somente os privados. O Decreto foi exaustivamente analisado pelas áreas jurídicas da SEP, ANTAQ e



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Casa Civil. As novas regras do Decreto vêm ao encontro do plano de Governo na atração de investimentos. A ABTP que representa terminais arrendados e de uso privado, totalizando 72 empresas e mais de 170 terminais, defende o foco no cliente do porto e na redução do custo logístico e a melhoria do ambiente de negócio o que encontra um cenário mais promissor com a nova legislação, afirmando que haverá o aumento da competitividade do produto brasileiro no comércio exterior.

Almirante Ribamar, da CNI, comentou as palavras de Fayet e Wagner, com forte dose de sabedoria, por explicitar claramente o ponto de vista de seus representados. Entende que o Decreto trouxe um alívio ao quadro absurdo que foi introduzido no sistema portuário do país, pela insensatez das modificações introduzidas na legislação anterior. Esse conjunto de equívocos travou a modernização, o aperfeiçoamento da administração pública dos portos brasileiros, por mais de 13 anos. O Decreto veio clarear diversas questões. A palavra de Fayet recomenda prudência no exame da questão. Reafirmou o compromisso e envolvimento da CNI, que continua estudando o assunto.

A ATP, por sua representante Luciana, falou da sua concordância com Fayet em relação às poligonais, nada mais. Em relação ao TUP o Decreto foi bom, mas limitador, com alguns avanços. Discorreu sobre os vícios de licitação e eventuais prejuízos para os usuários decorrentes desses processos. Comentou sobre a fala que afirma que área de arrendamento podem ser substituídas e abordou outros aspectos relacionados a intervenção do Fayet. Informou sobre o processo democrático de construção do Decreto, que foi e vai ser muito bom para os portos.

José Renato Fialho, da ANTAQ, informou que a agência trabalhou muito para o Decreto e várias das propostas que foram levadas e aprovadas são resultados da vivência do órgão, à exemplo da prorrogação e reequilíbrio do contrato, para os quais não havia amparo legal. Teceu considerações sobre a manifestação do Fayet e fez o contraponto às afirmações, mencionando as circunstâncias, instrumentos públicos e a legislação pertinente. Falou dos procedimentos adotados pela agência na avaliação de cada pleito e na relação geral com os arrendatários. Por princípio, entende que as licitações poderiam substituir as prorrogações, mas são os próprios instrumentos envolvidos que remetem a esse procedimento. R\$ 11 bilhões em investimentos é o montante que cobre as prorrogações antecipadas, o que evidencia as vantagens para os cofres públicos, o que justifica as ações até aqui empreendidas. Paulo, também da ANTAQ, informou que o Decreto não encerra a legislação. Ainda serão editados os instrumentos infralegais, representados por portarias e resoluções correspondentes.

O Presidente Edeon disse que os usuários não estão participando das reuniões e audiências para elaboração das normas e isso traz prejuízos para as partes, levando ao entendimento que o usuário não foi ouvido em determinadas situações.

Fayet registrou a unanimidade em relação aos avanços trazidos pelo Decreto por resolver problemas complicados. O atraso está na gestão da SEP e o descumprimento dos prazos para o estabelecimento das poligonais e as minutas dos editais e dos contratos. Lembrou que sugeriu a SEP a formação de um grupo de trabalho com a participação de operadores, usuários e governo, para saber o que pensa cada setor. Reafirmou que as prorrogações não têm seguido um regime aberto e as audiências públicas não consideram as opiniões plurais. Falou das diferenças dos terminais de grãos e de contêineres. Sobre as licitações substituindo as prorrogações, evidenciou as vantagens para quem já opera. Se for bom, permanece e para quem quer entrar, que pode trazer novos investimentos. Temos que ser eficientes na logística para uma efetiva competitividade e o setor portuário é parte desse contexto. Deu exemplo da relicitação que ocorreu na exploração da ponte Rio-Niterói, onde as tarifas do novo operador ficaram 40% abaixo das anteriormente praticadas. Esse deve ser a prática corrente.

O Senhor Luis Henrique Baldez, da ANUT, apoiou que o Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a ANTAQ participem dos debates. Protestou com as notícias de imputação aos usuários dos gastos para manutenção de estruturas de governo, atreladas às concessões. Os instrumentos para essas



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ações são abertos e com pouca ou nenhuma possibilidade de controle. Isso onera os usuários, já que o que paga os investimentos é a carga. Tem que haver uma regulação que delimita os projetos de livre indicação. Os processos têm que ser transparentes, sem o permissivo para procedimentos posteriores, à exemplo de negociações após a licitação, que podem até modificar o resultado do certame.

Assuntos Gerais: O presidente Edeon fez alguns avisos: 1. A próxima reunião será no dia 26 de julho de 2017, em local a ser acertado. Informou que existe uma demanda do Ministro da Agricultura para que uma reunião das Câmaras fosse realizada fora de Brasília, para levar o debate a outras localidades. Estamos programando uma reunião descentralizada para o evento Intermodal, em São Paulo, no próximo ano. Isso permitirá a participação no evento, que é uma grande feira e o cumprimento da meta proposta pelo MAPA.

Reiterou que o grande objetivo e missão da CTLOG é o agronegócio e a redução dos custos de frete, para ampliar a competitividade. Temos em nosso meio um grande número de entidades que participam e não têm atividade afim à agropecuária, mas complementares, associadas, mas não diretamente no agronegócio. Esperamos dessa entidade o mesmo foco. Lembrou que foi dito aqui que o produtor brasileiro é supercompetente da porteira para dentro, imbatível, por dispor de tecnologia, áreas planas e condições climáticas favoráveis, o que impacta no crescimento é a logística, por isso a nossa missão é trabalhar para a redução desses custos.

Reiterou pedido da indicação dos membros que representam as instituições que integram a CTLOG, titular e suplente, para atualizar o colegiado.

Informou que participou de reunião com o novo Chefe da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas, Dr. Márcio Cândido Alves, onde foi solicitado o retorno das demandas e encaminhamentos da CTLOG, de forma sistemática, para prestação de contas ao colegiado. Também foi feito um acerto, que a recomendação da CTLOG tenha prioridade sobre qualquer outra entidade que o faça isoladamente, defendendo interesses particularizados. A recomendação é para o não atendimento de demandas que não tenham sido objeto de debates e deliberação colegiada.

Encerramento: Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às treze horas e doze minutos.

Preposições

Item	Item da reunião

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista

Dados da próxima reunião

Local:	
Data da reunião:	Hora de início:
Pauta da Reunião	

Anexos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Arquivo	Descrição
---------	-----------